



SEÇÃO: TRADUÇÃO

## A doutrina de Hegel da “sociedade civil” e a economia política do Iluminismo Escocês<sup>1</sup>

*Hegel's doctrine of "civil society" and the political economy of the Scottish Enlightenment*

*La doctrina hegeliana de la "sociedad civil" y la economía política de la Ilustración escocesa*

**Norbert Waszek<sup>2</sup>**

[orcid.org/0009-0001-0107-6029](https://orcid.org/0009-0001-0107-6029)  
[norbert.waszek@gmail.com](mailto:norbert.waszek@gmail.com)

**Hernandez Vivan**

**Eichenberger<sup>3</sup>**

[orcid.org/0000-0002-3463-4656](https://orcid.org/0000-0002-3463-4656)  
[jarivaway@gmail.com](mailto:jarivaway@gmail.com)

**Recebido em:** 29 jan. 2023

**Aprovado em:** 05 jun. 2023

**Publicado em:** 13 nov. 2023.

**Resumo:** A Teoria da 'Sociedade Civil' de Hegel e a economia política do Iluminismo Escocês, a seção de Hegel sobre a Filosofia do Direito da 'sociedade civil' (§§ 182ss), revelam sua dívida para com o Iluminismo Escocês: Adam Ferguson, David Hume, Adam Smith, Sir James Steuart e outros. Essa dívida há muito atrai a atenção dos estudiosos. No entanto, novas edições de vários conjuntos de notas sobre as preleções de Hegel (por Ilting, Henrich, Arquivo Hegel) e o recente renascimento do interesse pelo Iluminismo Escocês mudaram fundamentalmente nossa percepção do impacto da influência escocesa em Hegel. Este artigo leva em conta essas mudanças e reexamina as seguintes questões: quem eram os autores que Hegel tinha em mente quando falava da nova ciência da economia política e quando estudou esses autores? Finalmente, que significado ainda possui a recepção da economia política por Hegel, especialmente para os países do Leste Europeu que agora abordam os problemas da 'sociedade civil'?

**Palavras-chave:** Hegel, Ferguson, Iluminismo Escocês, Economia Política.

**Abstract:** Hegel's Theory of 'Civil Society' and the political economy of the Scottish Enlightenment, Hegel's section on 'civil society' Philosophy of Right (§§ 182ss), reveals his indebtedness to the Scottish Enlightenment: to Adam Ferguson, David Hume, Adam Smith, Sir James Steuart, and others. This indebtedness has long attracted the attention of scholars. However, new editions of various sets of notes on Hegel's lectures (by Ilting, Henrich, the Hegel-Archives) and the recent revival of interest in the Scottish Enlightenment have fundamentally changed our perception of the Scottish impact on Hegel. This article takes these changes into account and re-examines the following questions: who were the authors Hegel had in mind, when he spoke of the new science of political economy, and when did he study these authors? Finally, what significance does Hegel's reception of political economy still possess, especially for those East-European countries that now approach the problems of 'civil society'?

**Keywords:** Hegel, Ferguson, Scottish Enlightenment, Political Economy.

**Resumen:** La teoría de Hegel sobre la "sociedad civil" y la economía política de la Ilustración Escocesa, la sección de Hegel sobre la 'sociedad civil' de la Filosofía del Derecho (§§ 182 y siguientes), revela su deuda con la Ilustración Escocesa: Adam Ferguson, David Hume, Adam Smith, Sir James Steuart y otros. Esta deuda ha atraído durante mucho tiempo la atención de los estudiosos. Sin embargo, las nuevas ediciones de varios conjuntos de notas sobre las conferencias de Hegel (por Ilting, Henrich, Hegel Archivo) y el reciente resurgimiento del interés por la Ilustración Escocesa han cambiado fundamentalmente nuestra percepción



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Publicação original: "Hegels Lehre von der 'bürgerlichen Gesellschaft' und die politische Ökonomie der schottischen Aufklärung". In: *Dialektik*, 3/1995, pp. 35-50. Norbert Waszek é Professor do Departamento de Estudos Germânicos da Universidade Paris VIII, email: [norbert.waszek@gmail.com](mailto:norbert.waszek@gmail.com). Tradução de Hernandez Vivan Eichenberger, professor de Filosofia no Instituto Federal Catarinense, campus São Francisco do Sul, email: [jarivaway@gmail.com](mailto:jarivaway@gmail.com). As menções aos variados termos que denotam a noção de "economia" – "Staatsökonomie", "Staatwirtschaft", "Nationalökonomie", "politische Ökonomie" – foram, sem prejuízo de compreensão, deixados no original tanto por não terem uma tradução historicamente precisa quanto por clarificação do argumento do artigo.

<sup>2</sup> Universidade Paris VIII.

<sup>3</sup> Instituto Federal Catarinense (IFC)

del impacto de la influencia escocesa en Hegel. Este artículo toma en cuenta estos cambios y reexamina las siguientes preguntas: ¿quiénes eran los autores en los que Hegel tenía presente cuando hablaba de la nueva ciencia de la economía política y cuando estudiaba a estos autores? Finalmente, ¿qué significado tiene aún la recepción que Hegel hace de la economía política, especialmente para los países de Europa del Este que ahora abordan los problemas de la "sociedad civil"?

**Palabras clave:** Hegel, Ferguson, Ilustración Escocesa, Economía Política.

*Em memória a Duncan Forbes (1922-1994) M.C., M.A., professor emérito de História do Pensamento Político Moderno na Universidade de Cambridge*

Quando em maio de 1995, em seguida à eleição presidencial na França, o novo gabinete do presidente Chirac e seu primeiro ministro Juppé foi analisado por jornalistas e comentaristas se disse várias vezes que alguns daqueles que se tornaram ministros ou secretários de Estado provinham da "société civile". Com isso, evidentemente, não era pensado senão que a nomeação dessas personalidades ao governo não ocorria em virtude de seu engajamento em apoio a um partido político, mas sim que se tratava de forças dirigentes vindas da economia. Hegel teria reconhecido, sorridente, a extensa influência da distinção conceitual, realizada por ele, entre "sociedade civil" e "Estado". Ao observador atual esse uso linguístico poderia servir como exemplo de como um modo de expressão específico de Hegel, naquela época incomum, se tornou nesse meio tempo parte da consciência geral<sup>3</sup>.

Que a doutrina de Hegel da sociedade civil lide justamente com a discussão de "uma das ciências do mais novo tempo", que Hegel em suas *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito*

[*FD*] denomina com a expressão inusual "*Staat-sökonomie*", mas também [com a expressão] em grande medida sinônima "*politische Ökonomie*" e "*Nationalökonomie*"<sup>4</sup>, [é algo que] ele próprio claramente destacou em um lugar decisivo, [a saber] nos parágrafos da *FD* com os quais abriu seu tratamento do "sistema dos carecimentos" (*TWA*, VII, § 189, 346s.). Quando Hegel explica esses parágrafos com mais detalhes em suas preleções, ele ressalta especialmente que essa ciência "honra o pensamento", porque partindo da multiplicidade dos fenômenos empíricos ela "encontra as leis a partir dessa massa de casualidades. Como no sistema de planetas, que se mostra aos olhos apenas como um movimento irregular, mas cujas leis foram reconhecidas"<sup>5</sup>. Esse paralelismo da astronomia e da teoria econômica com as harmonias clássicas gregas de um progredir do "caos" para o "cosmos"<sup>6</sup> ordenado significa o mais alto elogio de Hegel e contém também uma importante indicação, ainda a se interpretar, do status da economia como ciência no sistema de Hegel.

Por outro lado, essa indicação enfática sobre a teoria econômica evoca mais perguntas do que as responde, questões sobre as quais a volumosa literatura sobre Hegel discutiu sempre e de maneira veemente; e sobre elas, na elaboração que se segue, apenas podem ser discutidos alguns dos problemas centrais na forma de teses<sup>7</sup>. As condições nas últimas décadas para a investigação de nosso tema se transformaram fundamentalmente. Dos antigos e sólidos trabalhos sobre a doutrina de Hegel da "sociedade civil" e sua origem (v. nota 5) nos separam inicialmente as

<sup>3</sup> O aluno favorito de Hegel, Eduard Gans, profetizara nesse sentido que "Talvez esse livro [sic.: a *Filosofia do Direito* de Hegel; NW] irá se tornar, como o sistema todo, após muitos anos, a representação e a consciência universal: seu diferente estilo de linguagem (*Kunstsprache*) se perderá e sua profundidade tornar-se-á um bem comum." Gans, 1833 – agora em N. Waszek, 1991, p. 132.

<sup>4</sup> "*Die Staatsökonomie*", respectivamente "*der Staatsökonom*" se encontra em *TWA*: VII, p. 346s. e XX, p. 285; Hegel emprega, porém, tanto nos primeiros trabalhos quanto nos mais tardios "*politische Ökonomie*" (*TWA*: II, p. 482 e XI, p. 555) e "*Nationalökonomie*" (p. ex., em *TWA*, XVIII, p. 78). Quanto a essas designações paralelas e frequentemente concorrentes das ciências econômicas no século 19, ver as elucidativas explicações em Johannes Burkhardt, 1988, p. 65ss.

<sup>5</sup> *VPR*: IV, p. 487 (transcrição de Griesheim). Joachim Ritter (1972, p. 54) fala, nesse contexto, da característica indutiva-hermenêutica que Hegel atribui à economia (*Ökonomie*).

<sup>6</sup> A origem mais influente dessa concepção de cosmo é a *Teogonia* de Hesíodo, na qual Zeus substitui o caos inicial por meio de um mundo legitimamente ordenado; ver quanto a isso Gigon<sup>2</sup>, 1968.

<sup>7</sup> Os trabalhos de Manfred Riedel, 1962 (agora em Riedel, 1969) e 1975 permanecem a melhor introdução à história do conceito de "sociedade civil" na recepção de Hegel da *Nationalökonomie*. Além disso, são especialmente importantes, a partir da literatura mais antiga, os seguintes estudos: Avineri, 1972; Chamley, 1963; Lukács<sup>3</sup>, 1973; Ritter<sup>3</sup>, 1972. O estudo do autor sobre o significado do Iluminismo Escocês (em especial Ferguson, Hume, Smith, Steuart) para a doutrina de Hegel da sociedade civil (Waszek, 1988a) contém, no capítulo 1, também uma discussão crítica com a literatura de pesquisa mais antiga. As explicações seguintes podem apenas acentuar alguns resultados desse estudo.

condições prévias modificadas que, de um lado, resultam das fontes ampliadas da pesquisa sobre Hegel e, de outro lado, a partir da reconstituição completa do campo de pesquisa do "Iluminismo Escocês". Para a pesquisa da filosofia do direito e social de Hegel, como em outros âmbitos de sua filosofia, foi dado, sem dúvida, um impulso decisivo pelas novas edições dos escritos das preleções transcritas pelos estudantes. Quanto às preleções da filosofia do direito, a edição das transcrições de ouvintes através da edição em quatro volumes foi iniciada por K.-H. Ilting, depois por D. Henrich, [então] o pessoal do Arquivo Hegel em Bochum e novamente impulsionada por Ilting.<sup>8</sup> As transcrições, contra a expectativa de Ilting<sup>9</sup> dificilmente revelarão um "Hegel oculto", fundamentalmente distinto da *FD* publicada, mas elas ampliam consideravelmente os fundamentos textuais para a interpretação de Hegel, visto que nas preleções Hegel aparentemente detalhou os sucintos parágrafos de sua *FD*.<sup>10</sup> Além disso, as transcrições dos variados anos das preleções (a filosofia do direito alcança o espaço de tempo de 1817/1818 até 1831) permitem conhecer modificações na doutrina de Hegel. Nem toda modificação, nem toda variação de texto, permite identificar uma alteração da posição de Hegel, mas a documentação das modificações não apenas permitirá verificar o histórico de desenvolvimento das teses, mas também contribuirá para a formação dessas teses. Que as transcrições recém-editadas possam iluminar também justamente a discussão de Hegel com teorias econômicas, [é algo] pode ser demonstrado por meio de dois exemplos. Uma comparação mais exata de todos os empregos e alusões de Hegel encontrados (dos manuscritos de Iena até às

preleções berlinenses) do conhecido exemplo da divisão do trabalho de Adam Smith, a produção de alfinetes, revela uma proximidade especial com Smith na preleção dos anos de 1817/18.<sup>11</sup> Para a tese de que Hegel novamente leu Adam Smith para a preparação de sua preleção de filosofia do direito em Heidelberg, após muitos anos sem ação universitária, o mencionado diagnóstico ainda não é, de fato, prova suficiente, mas poderia ser claro do quanto de detalhes a preleção pode fornecer à formação de teses [a esse respeito]. A mesma preleção (1817/18) fornece o outro exemplo que aqui deve ser mencionado. Que Hegel empregue em sua *FD* (§ 189) a designação "*Staatsökonomie*", poder-se-ia levar a ver suas elaborações conforme a tradição cameralista da "*Staatwirtschaft*".<sup>12</sup> A preleção de 1817/18 descarta essa interpretação, a qual ainda se voltará, mas agora explicitamente, visto que lá Hegel distancia seu conceito de "*Staatsökonomie*" justamente do [conceito] de "*Staatwirtschaft*".<sup>13</sup>

Para o estudo do "Iluminismo Escocês" se alteraram os pressupostos nas últimas décadas ainda mais radicalmente do que para a pesquisa em Hegel, pois dificilmente poderia haver um âmbito nas ciências humanas e sociais que viveu uma conjuntura comparável.<sup>14</sup> Embora a pesquisa sobre o Iluminismo Escocês tenha ganho nos anos cinquenta e sessenta um momento tão evidente com os trabalhos de G. E. Davie, Duncan Forbes, A. S. Skinner entre outros, até os anos 60 o termo "Scottish Enlightenment" foi ridicularizado e teve de se impor contra uma resistência considerável.<sup>15</sup> A designação se tornou, na realidade, socialmente aceita assim que os ingleses passaram a emprega-la em suas tradicionais universidades.<sup>16</sup> O reconhecimento

<sup>8</sup> *VRP1*, *VRP2*, *VRP3* e *VRP4*; ver *Hegel* nas referências bibliográficas.

<sup>9</sup> *VRP1*, tomo 1, p. 25-125; para a discussão da tese de Ilting, ver Lucas, 1986, p. 188s (para bibliografia adicional).

<sup>10</sup> Isso é válido, apesar de toda a cautela com a qual se devem ler as transcrições *estudiantis*. Uma palavra transmitida apenas indiretamente não possui o grau de autenticidade que compete ao texto publicado pelo autor, mas esse princípio também não priva as transcrições de todo o valor.

<sup>11</sup> Para os pormenores da comparação, ver Waszek, 1985 e 1988a, p. 128ss.

<sup>12</sup> O conceito de "*Staatwirtschaft*" se impôs por meio da obra homônima e principal (1755) de J. H. G. von Justi; ver Burkhardt, 1988, p. 63.

<sup>13</sup> *VRP3*, p. 117; *VRP4*, p. 111: "Mas não é da *Staatwirtschaft* que se fala aqui (...)."

<sup>14</sup> Mesmo um panorama grosseiro da literatura extremamente abrangente que surgiu sobre esse âmbito estaria aqui além do escopo. A literatura mais importante que apareceu até a metade dos anos 80 é citada em Waszek, 1988a. Além disso, remete-se às bibliografias de Batscha/Medick (em Ferguson, 1986), Mizuta/Sugiyama, 1993 e Streminger, 1994.

<sup>15</sup> D. Forbes, 1975, p. XI.

<sup>16</sup> O projeto de pesquisa "Political Economy and Society, 1750-1850" realizado no King's College em Cambridge, de 1978-84, dirigido por

internacional, contudo, seguiu-se prontamente e também a tradução alemã "schottische Aufklärung" começou a ser corriqueira. Um primeiro resultado dessas novas pesquisas sobre o Iluminismo Escocês é a compreensão de que Hume e Smith (pois preferencialmente a obra deles foi estudada) não mais poderiam ser considerados como talentos isolados no âmbito da filosofia e da economia política, mas sim como pertencentes a uma "escola", que é determinada através de estreitas relações intelectuais, de questões comuns e por meio de um fundo sociocultural que marca os pensadores.

Naturalmente há diferenças entre os representantes do Iluminismo Escocês que já foram discutidas por eles mesmos e formam um tema legítimo da pesquisa moderna, mas a respeito disso não se pode jamais esquecer que eles pertencem a *um* contexto, a *um* debate ou constelação de interlocução (*Gesprächkonstellation*). Isso se aplica em especial medida para os aspectos econômicos do Iluminismo Escocês, com os quais principalmente se lida aqui, pois se torna cada vez mais claro o quanto as realizações de Adam Smith e de Sir James Steuart permanecem vinculadas com seu precursor comum, David Hume.<sup>17</sup> É inadequado isolar o economista clássico Adam Smith desse contexto, separar ele<sup>18</sup>, conforme a forma simplificada dos mais antigos manuais, de Hume, Ferguson e especialmente de Sir James Steuart, que foi estilizado de maneira indiferenciada como um "mercantilista".<sup>19</sup> É interessante também que a recepção contemporânea alemã dos pensadores escoceses – não apenas por Hegel, mas também, por exemplo, por Herder e Goethe – já possuía um pressentimento desse

caráter de escola do Iluminismo Escocês que a pesquisa moderna explora novamente à sua maneira.<sup>20</sup>

Também com respeito à recepção do Iluminismo Escocês na Alemanha a situação nos últimos vinte e cinco anos melhorou decisivamente. Manfred Riedel ainda teve que lutar contra o desdém geral com o qual foram em grande medida considerados os "filósofos populares" em torno de Christian Garve, que respaldaram inicialmente essa recepção. Essa corrente e Garve, em especial, foram desde então redescobertos através de novas edições de suas obras e através de instrutivos estudos.<sup>21</sup> À luz de mudanças essenciais da paisagem de pesquisa, que acima foram descritas, devem ser agora consideradas novamente algumas questões quase clássicas, que repetidamente foram expostas na discussão de Hegel com a economia. Em primeiro lugar lesta a questão sobre quais teorias e autores Hegel exatamente pensava. Quando Hegel iniciou seu estudo desses autores e em quais etapas ele se efetuou?

Em quem Hegel pensava quando fala de "*Staatsökonomie*", inicialmente parece ser possível responder de modo evidente, visto que nesse contexto ele nomeia expressamente (§ 189) Adam Smith, Jean Baptiste Say e David Ricardo. Mas encontramos, de fato, novamente apenas Adam Smith em outros trabalhos de Hegel.<sup>22</sup> Em especial não se pode falar de uma recepção específica de Ricardo por Hegel.<sup>23</sup> É também surpreendente que o elogio de Hegel aproxime dois homens como Say e Ricardo, cujas teorias sobre valor de troca flagrantemente se contradizem.<sup>24</sup> Mais importante que as dúvidas de Hegel em relação

Istvan Hont e M. Ignatieff que repercutiu, entre outros, em Hont/Ignatieff, 1983, jogou um grande papel para o reconhecimento *inglês* desse objeto de pesquisa.

<sup>17</sup> Sem querer acumular aqui os documentos, remete-se apenas ao brilhante ensaio de Andrew S. Skinner (em Mizuta/Sugiyama, 1993, pp. 113-139), o qual contém outras bibliografias.

<sup>18</sup> Priddat (1990, p. 309) também não está livre dessa tendência.

<sup>19</sup> Cf. sobre isso Waszek, 1988a, pp. 182-196. A questão do que seria um "clássico", parece-me, para concordar com uma tese herética, ser tão estéril na economia quanto na ciência literária.

<sup>20</sup> Para a confirmação quanto a Herder e Goethe, ver Waszek, 1988a, p. 82s.

<sup>21</sup> Riedel, 1969, p. 77. Entre os trabalhos que contribuíram com essa redescoberta de Garve mencionaria em especial aqueles de Michael Stolleis, Dieter Henrich, Kurt Wölfel e, mais recentemente, de Zwi Batscha e Doris Bachmann-Medick: as referências exatas em Waszek, 1996.

<sup>22</sup> Hegel nomeia Smith reiteradamente no contexto da divisão do trabalho (ver Waszek, 1985), mas também, o que Priddat não repara, nas preleções sobre a história da filosofia (p. ex., TWA, XX, p. 285).

<sup>23</sup> Assim também Priddat, 1990, p. 11.

<sup>24</sup> Ver sobre isso Henri Denis, 1994, p. 133.

aos economistas aqui nomeados é o fato que autores importantes, que comprovadamente pertencem à formação econômica de Hegel, não serem nomeados nessa passagem central. Que o leitor atual nessa ocasião recorde de saída Sir James Steuart lê algo que se deve agradecer, em primeiro lugar, à primeira e quase-oficial biografia de Hegel por Karl Rosenkranz, em que é transmitido o fato (e a data) de um comentário sobre Steuart escrito por Hegel e desde então perdido, depois ao estudo de Paul Chamley que investigou de modo competente essa discussão e, finalmente, à reabilitação moderna de Steuart<sup>25</sup>. Fazem parte das leituras econômicas de Hegel também David Hume e Adam Ferguson que estão com seus compatriotas escoceses Steuart e Smith em uma relação espiritual estreita, mesmo que muitas vezes tensa.

E como era sua relação com a com o cameralismo alemão e a *Nationalökonomie*? Seguramente é absurda a afirmação de Rudolf Haym, inimigo de Hegel, e que goza de grande popularidade até hoje, segundo a qual Hegel apenas pertence a esse contexto e a esfera econômica, e conseqüentemente a "sociedade civil" em Hegel, seria dominada por um poderoso aparato estatal e policial.<sup>26</sup> Sem se envolver com essa lenda, é seguramente legítimo considerar a doutrina da "sociedade civil" de Hegel também sob o pano de fundo do cameralismo alemão, se ao mesmo tempo se atenta que Hegel se afasta criticamente dessa tradição, como já foi esclarecido em sua separação conceitual de "*Staatsökonomie*" e "*Staatwirtschaft*" e que a economia política dos autores escoceses nomeados é o auxílio mais importante.<sup>27</sup> Contra a tendência de fazer de Hegel

um cameralista reacionário, deveria ser também lembrado que Hegel, mediado por seu círculo de alunos (Carové, Gans, p. ex.), ainda no fim de sua vida tomou nota das ideias contemporâneas de teoria econômica e social (Saint-Simon, Fourier)<sup>28</sup>.

A questão ligada à história do desenvolvimento de quando começou exatamente o estudo de Hegel com Steuart e Smith foi em geral respondida, em conexão com os influentes estudos de Lukács e Chamley, com a indicação do fim da estadia de Hegel em Frankfurt e em seu período em Jena.<sup>29</sup> Decisivo para essa datação era, de um lado, a época de surgimento do comentário perdido sobre Steuart (19 de fevereiro até 16 de maio de 1799) que Rosenkranz transmite e, de outro lado, a menção mais antiga a Adam Smith em um manuscrito hegeliano, a qual remonta ao semestre de inverno de 1803/1804.<sup>30</sup> Que o estudo *no mais tardar* tenha sido conduzido, não diz, entretanto, nada sobre quando ele efetivamente começou. O elogio de Hegel à moderna "*Staatsökonomie*" (§ 189), citado no início, deixa-se ler agora como retrospectiva ou reconstituição de seu próprio caminho de pensamento. O interesse ativo de Hegel em questões econômicas começou – sobre isso a pesquisa sobre Hegel está de acordo de Rosenkranz até Bondeli<sup>31</sup> – com os estudos empíricos que ele fez em Berna; é apenas objeto de dúvida quando Hegel passou à leitura da *teoria* econômica. Sobre os trabalhos empíricos, dos quais os fragmentos conservados estão acessíveis a todos desde 1991, Rosenkranz informa "que Hegel elaborou a *constituição financeira de Berna* até o menor dos detalhes, até o dinheiro para o pavimento etc."<sup>32</sup> Se Hegel levou seus estudos empíricos até "o menor dos

<sup>25</sup> K. Rosenkranz, 1844, p. 86; P. Chamley, 1963, *passim*; A. S. Skinner em Mizuta/Sugiyama, 1993, pp. 113-139 (lá há outras informações sobre a literatura mais nova que classifica Steuart no Iluminismo Escocês).

<sup>26</sup> Haym (1857, p. 385) fala expressamente da "mentalidade governamental, viciada em governo, de Hegel", que propõe "conceder ao poder do Estado a mais ampla e questionável competência", até mesmo da justificação "da polícia prussiana dominante e do sistema de perseguição" e dos "desejos da polícia". H.-Ch. Lucas (1986, especialmente pp. 177-184) ilumina os motivos nada puros da tentativa de difamação do, atribuído por si mesmo, "liberal" Haym.

<sup>27</sup> Assim também Priddat (1990, p. 13), que, no entanto, depois de ter corretamente separado Hegel da "*Staatwirtschaft*" de von Justis, na próxima página o aproxima novamente dele.

<sup>28</sup> Hegel possuía pertinente estudo de Carové (1831) e poderia ter conhecido as concepções de Gans sobre o Saint-Simonismo a partir de conversas com ele (Gans, 1836/1995, pp. LV-LXI, 91-102).

<sup>29</sup> Lukács<sup>3</sup>, 1973, especialmente I, pp. 273-291; II, pp. 495-523; Chamley, 1963 e 1965.

<sup>30</sup> Rosenkranz, 1844, p. 86. Adam Smith é nomeado por Hegel pela primeira vez no Fragmento 22 dos "*Jenaer Systementwürfe I*" (GW VI, p. 323).

<sup>31</sup> Rosenkranz, 1844; Bondeli, 1990.

<sup>32</sup> Rosenkranz, 1844, p. 61 (destaque de Rosenkranz). – A edição crítica dos fragmentos desses estudos: GW III, pp. 223-233.

detalhes", de uma "multidão infinita de singularidades" (§ 189), então o Hegel de Berna carecia justamente de assistência hermenêutica para a qual ele elogia com gratidão a economia moderna (*moderne Ökonomie*) em seus anos berlinenses de maturidade. Mesmo quando não havia outros pontos de indício para as origens suíças da discussão hegeliana com os economistas políticos escoceses<sup>33</sup>, pode-se concluir, portanto, a partir das necessidades sistemáticas de seu próprio pensamento à época.

Quanto às outras etapas dessa recepção estão abertas ainda muitas questões. Se para a preparação de suas preleções em Heidelberg Hegel leu novamente teorias econômicas, conforme acima sugerido, isso apenas pode ser presumido. Também a história do conceito possui ainda numerosas lacunas. É de fato conhecido, por exemplo, que Hegel não dispunha do conceito de "sociedade civil" nem em Jena – embora ele lá naturalmente discuta os problemas que mais tarde ele trata no âmbito "sociedade civil" – e nem em Nuremberg; ele começa a estabelecer [esse conceito] desde a preleção de Heidelberg de 1817/1818 e em especial com a *FD*<sup>34</sup>. Justamente o estágio intermediário de Nuremberg, no qual Hegel experimenta com o conceito de "sociedade de estado" (*Staatsgesellschaft*), o qual, entretanto, não concorda de modo algum com o que ele mais tarde chama de "sociedade civil"<sup>35</sup>, é, contudo, ainda insuficientemente investigado.<sup>36</sup>

Entre os problemas mais sistemáticos, aos quais se passa agora, deve-se inicialmente ser tratado da questão do lugar e significado da economia política (*politischen Ökonomie*) no sistema de Hegel, porque ela se imbrica com as discussões sobre a história de desenvolvimento. [Isso implica em] tratar do tema de uma das teses robustas e pioneiras de Riedel, [a saber, de que]

"a inclusão progressiva da *Nationalökonomie*" na filosofia política de Hegel significa também a "despedida definitiva do ideal da pólis de sua época de juventude".<sup>37</sup> Ainda mais fundamentalmente expresso, seria sua discussão com a economia política também constitutiva para seu reconhecimento da modernidade. A mais importante antítese em relação a isso é seguramente a convicção de Ilting de que Hegel não leu a economia política *contra* seu modelo antigo, mas sim justamente *com a ajuda* das categorias da *Política* de Aristóteles, que Hegel teria seguido até em sua estrutura interna.<sup>38</sup> Além disso, a tese de Ilting atribuí ao Hegel de Jena interpretações caprichosas e contraditórias de Aristóteles (e Spinoza), [e] parece também subestimar a força específica das teorias econômicas modernas.

O próprio Hegel quando se aproximara dos "fatos" da economia política com as categorias clássicas, ou mais exatamente aristotélicas, teriam sido esses "fatos" suficientemente fortes a ponto de quebrar as estruturas sistemáticas antigas.<sup>39</sup> A conexão estreita entre sua discussão com a economia política do Iluminismo Escocês e a opção pela modernidade parece, por isso, válida.

A essa tese central parece necessária uma modificação, em particular na forma rigorosa de uma "despedida definitiva" do ideal da pólis da época de juventude, cujo rastro se deixa seguir temporalmente até os registros de Hegel nos anos de 1805/1806. Do mesmo modo como a discussão de Hegel com a economia política (*politischen Ökonomie*) provavelmente já começou em Berna e então continuou a se desenvolver gradualmente, [assim] deve-se ser pensado também a luta crítica de Hegel com os ideais antigos, que conduz das primeiras dúvidas até o distanciamento<sup>40</sup>. E mesmo no distanciamento permaneceram os primeiros ideais ainda

<sup>33</sup> As outras circunstâncias que sugerem que Hegel já na Suíça se ocupou com a economia política (*politischer Ökonomie*) são discutidas em Waszek, 1995a.

<sup>34</sup> O emprego ocasional de "sociedade civil" nos manuscritos de Hegel dos anos de juventude (p. ex., *GW* I, p. 129) é, nesse ponto, inespecífico, uma vez que lá não é atribuído ao conceito o mesmo sentido; cf. Riedel, 1969, p. 153s.

<sup>35</sup> *TWA*, IV, p. 245; cf. sobre isso Riedel, 1969, p. 154.

<sup>36</sup> Isso se deve, principalmente, que os escritos de Nuremberg de Hegel ainda não estão no âmbito da edição histórico-crítica (*GW*); para edições mais antigas e novas descobertas cf. Ziesche, 1975 e Rameil, 1993, especialmente p. 167ss.

<sup>37</sup> Riedel, 1969, p. 96s.

<sup>38</sup> Ilting, 1963. O estudo de Bienenstock, 1992, p. 235ss., contém uma discussão equilibrada.

<sup>39</sup> O discurso de um "contraste", de uma "divergência" entre os "fatos" econômicos e a construção sistemática dos manuscritos de Jena de Hegel retrocede novamente a Riedel, 1969.

<sup>40</sup> Sobre as primeiras dúvidas de Hegel, cf. as pertinentes explicações de Harris, 1972, p. 134: "Even when he penned his first eulogy of

vivos, pois o homem também é para Hegel um *zoon politikon* cuja destinação não se limita à segurança e proteção da propriedade, mas sim permanece orientada à vida em comunidade, em unificação com outros.<sup>41</sup> Parece quase paradoxal que Hegel na *FD* – então quinze anos depois da alegada despedida do ideal da pólis – dê ao elogio decisivo à moderna "*Staatsökonomie*" uma roupagem que evoca a imagem antiga de uma passagem do caos ao cosmos (ver acima nota 4).

Afinal de conta qual significado a doutrina de Hegel da "sociedade civil" possui para a teoria e a prática da vida econômica e social? No exemplo dos países da Europa ocidental que agora lutam, à sua maneira, contra os problemas da "sociedade civil" essa questão ganha uma atualidade urgente. Visto que Hegel lá sempre foi visto em conexão estreita com Marx, seja elogiado como precursor e raiz do pensamento marxista ou criticado como folha de contraste do marxismo, existe agora o perigo de que a reação propagada contra a doutrina oficial antiga também se transfira ao pensamento de Hegel. A filosofia política de Hegel, que tem a doutrina da "sociedade civil" em seu ponto central, entretanto, não apenas merece ser julgada como uma posição autônoma, [como também] a discussão com ela poderia ser justamente nessa situação histórica especialmente frutífera.

Não se pode questionar que a doutrina da "sociedade civil" de Hegel reproduz e explicita o modo de funcionamento de uma economia de mercado livre com disposição privada da propriedade<sup>42</sup> e nem que a fundamentação filosófica

de Hegel da propriedade privada, que resulta de sua concepção de "pessoa", não concorde com aquela de seus precursores escoceses<sup>43</sup>. Entre as causas que levam Hegel à sua opção por uma economia de livre mercado devem ser mencionadas expressamente ao menos duas. Quando Hegel fala do "monstruoso poder" da "sociedade civil"<sup>44</sup>, ele pensa também na liberação da dinâmica econômica, eficiência e produtividade que é garantida através da estrutura da propriedade privada. Para Hegel ainda mais importante do que resultados econômicos da "sociedade civil" é, no entanto, sua conexão interna com a liberdade, com o "elemento fundamental", o "material único" de sua filosofia do direito.<sup>45</sup> A escolha livre da atividade e da posição social e com isso a necessária permeabilidade e mobilidade social<sup>46</sup>, são elementos irrenunciáveis da *liberdade subjetiva* moderna, que "nasceu interiormente na religião *cristã* e exteriormente [...] no mundo *romano*"<sup>47</sup>. Todavia, sobre o fundamento dessas realizações antigas (para Hegel um exemplo é o "prolongamento do tempo que o espírito precisa para progredir em sua autoconsciência"<sup>48</sup>) a efetivação completa dessa "liberdade subjetiva" requer a "sociedade civil", porque ela inicialmente assegura, de um lado, "a libertação prática do homem dos poderes da natureza"<sup>49</sup> e, de outro lado, a forma específica da "administração do direito", na qual pela primeira vez "o homem vale, assim, porque ele é homem, não porque ele seja judeu, católico, protestante, alemão, italiano etc."<sup>50</sup>.

O indivíduo livre é, para Hegel, assim, "*filho da sociedade civil*"<sup>51</sup>. Esse reconhecimento da

the Greek spirit, Hegel had already recognized that it was self-doomed."

<sup>41</sup> Por essas razões, Hegel e sua discussão com a Grécia antiga se tornaram também um ponto de orientação no debate sobre o comunitarismo na filosofia política americana.

<sup>42</sup> Mesmo críticos da posição hegeliana parecem aceitar esse ponto fundamental, mesmo que eles tentem separar Hegel de aspectos específicos da economia smithiana; cf. Priddat, 1990, p. 28, 308.

<sup>43</sup> Ritter, 1962, permanece a melhor introdução para a conexão hegeliana entre "pessoa" e "propriedade". Berry, 1980, compara a concepção de propriedade de Hegel com as concepções de Hume

<sup>44</sup> TWA, VII, p. 386. TWA, VII, p. 386.

<sup>45</sup> Como Gans, o aluno predileto de Hegel, expressou: Gans, 1833 – agora em N. Waszek, 1991, p. 130.

<sup>46</sup> Veja, p. ex., TWA, XII, p. 530: "A liberdade real pertence [...] a liberdade de empreender, que seja permitido ao homem empregar suas forças como queira e o livre acesso a todos os serviços estatais (*Staatsämtern*)". A crítica aí contida aos privilégios feudais (*Adelsprivilegien*) e à limitação às corporações medievais é evidente e é explicada expressamente por Hegel em vários exemplos (p. ex., TWA, VII, p. 397 e 467).

<sup>47</sup> TWA, VII, p. 342s e cf.: *VRPI*, III, p. 578.

<sup>48</sup> TWA, VII, § 62, 133.

<sup>49</sup> Como J. Ritter formula, 1962, p. 212.

<sup>50</sup> TWA, VII, § 209, 360. Sobre esse fundamento Hegel critica em especial as limitações econômicas que foram infligidas aos judeus: eles também têm o direito de escolher livremente sua profissão (*VRPI*, III, p. 599).

<sup>51</sup> TWA, VII, § 238, 386 (grifo do próprio Hegel – NW).

economia de livre mercado como âmbito de organização geral da vida social, porém, não significa para Hegel, como seu aluno Gans aponta dramaticamente, que o indivíduo “seria livre (...) para morrer de fome”<sup>52</sup>. Expresso de outro modo, e esse ponto não pode ser suficientemente enfatizado, a sua aprovação da economia de livre mercado não faz de Hegel um ideólogo do liberalismo de Manchester<sup>53</sup>. Diz-se assim: no universal se estabelecerá sempre o equilíbrio, então isso está correto. Mas aqui [a questão] é de fazer tanto no particular quanto no universal, a coisa assim não deve fazer meramente no universal, mas também os indivíduos como particularidade são fins e têm uma legitimidade”.<sup>54</sup> Também o “particular”, o “indivíduo”, de cujo bem-estar se deve cuidar, merece, conforme Hegel, atenção total – um importante argumento contra a interpretação ultrapassada do “Estado” de Hegel enquanto a maior entidade a qual o indivíduo deveria se sacrificar.

É importante, todavia, que aqui Hegel trata o equilíbrio econômico, que é produzido pela economia de livre mercado, como o “universal”, como o caso normal, em contrapartida a intervenção em prol do indivíduo como o “particular”, apresenta-se como a exceção. Em especial as intervenções sobre o nível da “sociedade civil” a qual o poder público, que Hegel inspirado na “polis politia” dá o nome de “*Polizei*”, realiza em favor dos indivíduos que não podem se ajudar a si mesmos, não põe em questão as condições econômicas gerais. A liberdade de empreendimento não permanece apenas intacta, [mas sim] o intervir “*deve ser tão invisível quanto possível, pois é o campo do arbitrio*”, uma regra fundamental que Hegel indica com precisão de nada querer salvar “daquilo que não pode ser salvo, mas sim empregar a classe que sofre de outro modo”<sup>55</sup>.

Foi feita a recriminação de que Hegel não desenvolveu essas explicações de uma política social e de emprego<sup>56</sup>, uma recriminação que em face das diversas abordagens que Hegel sugeriu é certamente exagerada.<sup>57</sup> Em resumo, ao filósofo não cabe ser sobrecarregado dessa forma, listo é que se demande dele prescrições de ações concretas para nossa política social atual. O que Hegel em princípio realiza filosoficamente é a determinação da condição fundamental do intervir na vida econômica: a necessidade de ação do poder público consiste lá e apenas lá onde o mercado falha.<sup>58</sup> Como Hegel determina basicamente o fundamento de muitos exemplos dessa fronteira da autonomia da “sociedade civil”, sua teoria pode nos salvaguardar, além disso, diante dos excessos da economia de mercado. Que a posição decisiva da filosofia política de Hegel não permaneceu, de modo algum, sem consequências sócio-políticas – o próprio Hegel citou aprovativamente a palavra bíblica da árvore que se conhece pelos frutos<sup>59</sup> – o exemplo de Lorenz von Stein é capaz de provar. Se o nome de Stein é sempre frequentemente citado quando se trata das origens históricas e da fundamentação sistemática da política social moderna<sup>60</sup>, a filiação no hegelianismo não deveria ser esquecida<sup>61</sup>.

### Siglas e referências bibliográficas

AVINERI, Shlomo. *Hegel's Theory of the Modern State*. Cambridge, 1972.

AVINERI, Shlomo. *Hegels Theorie des modernen Staates*. Frankfurt am Main, 1976.

BERRY, Christopher. “Property and Possession: Two Replies to Locke – Hume and Hegel”. In: *Property*. Org. J. R. Pennock e J. W. Chapman, Nova Iorque.

BIENENSTOCK, Myriam. *Politique du jeune Hegel. Léna 1801-1806*, Paris, 1992.

<sup>52</sup> Gans, 1995, p. 100.

<sup>53</sup> Aliás tão pouco é um doutrinário do capitalismo *laissez faire* quanto Adam Smith, que faz muitas limitações e admite muitas exceções, mas esse é um outro tema: cf. Waszek, 1988a, p. 182ss.

<sup>54</sup> *VRP1*, III, p. 699.

<sup>55</sup> *HGW*, VIII, p. 244s.

<sup>56</sup> Por último Priddat, 1990, p. 85 e 91; de modo similar Avineri, 1972, p. 154.

<sup>57</sup> Cf. Waszek, 1988a, p. 224.

<sup>58</sup> Cf. Waszek, 1988a, p. 203.

<sup>59</sup> *NT*, Mateus, 7, 15-20; Hegel cita essa frase em *TWA*, VIII, p. 34.

<sup>60</sup> Por exemplo em Böckenförde, 1991, p. 170-208; cf. Waszek, 1995b.

<sup>61</sup> Nesse sentido Blasius (1971, p. 345) designou Stein como o “o grande defensor de Hegel no século 19”.



- BLASIUS, Dirk. "Lorenz von Stein und Preussen". In: *Historische Zeitschrift*, vol. 212, 1971.
- BÖCKENFÖRDE, Ernst Wolfgang. *Recht, Staat, Freiheit*. Frankfurt am Main, 1991.
- BONDELI, Martin. *Hegel in Bern*. Bonn, 1991.
- BURKHARDT, Johannes. "Der Begriff des Ökonomischen in wissenschaftsgeschichtlicher Perspektive". In: *Die Institutionalisierung der Nationalökonomie na deutschen Universitäten*. Org. N. Waszek, St. Katharinen, 1988.
- CAROVÉ, F. W. *Der Saint-Simonismus und die neuere französische Philosophie*. Leipzig, 1831.
- CHAMLEY, Paul. *Economie politique et philosophie chez Stuart et Hegel*. Paris, 1963.
- CHAMLEY, Paul. "Les origines de la pensée économique de Hegel". In: *Hegel-Studien*, vol. 3, 1965.
- DENIS, Henri. *Logique hégélienne et systèmes économiques*. Paris, 1984.
- DENIS, Henri. "Pour une interprétation hégélienne de l'économie". In: *Philosophie Politique*, vol. 5, 1994.
- FERGUSON, Adam. *Versuch über die Geschichte der bürgerlichen Gesellschaft* [1767]. Traduzido por H. Medick e introdução por Z. Batscha e H. Medick, Frankfurt am Main, 1986.
- FORBES, Duncan. *Hume's Philosophical Politics*. Cambridge, 1975.
- GANS, Eduard. "Vorredes des Herausgebers". In: G. W. F. Hegel, *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, 2ª edição, Berlim, 1833.
- GANS, E. *Rückblicke auf Personen und Zustände* [Berlin, 1836]. Reimpressão, editado com uma introdução, notas e bibliografia por N. Waszek, Stuttgart-Bad Cannstatt, 1995.
- GIGON, Olaf. *Der Ursprung der griechischen Philosophie. Von Hesiod bis Parmenides*. Basel-Stuttgart, 1968<sup>2</sup>.
- HARRIS, H. S. *Hegel's Development. Toward the Sunlight 1770-1801*. Oxford, 1972.
- HAYM, Rudolf. *Hegel und seine Zeit*. Berlim, 1857.
- HEGEL, G. W. F. *Gesammelte Werke*. Editado pela Rhein.-Westf. Akademie der Wissenschaften, Hamburgo, 1968ss. [Sigla: GW].
- HEGEL, G. W. F. *Theorie Werkausgabe*. 20 volumes. Editado por Eva Moldenhauer e Karl Markus Michel, Frankfurt am Main, 1969-1971. [Sigla: TWA].
- HEGEL, G. W. F. *Vorlesungen über Rechtsphilosophie. 1818-1831*. 4 volumes. Editado por Karl-Hein Ilting, Stuttgart-Bad Cannstatt, 1973-1974. [Sigla: VRP1].
- HEGEL, G. W. F. *Philosophie des Rechts. Die Vorlesung von 1819/20 in einer Nachschrift*. Editado por D. Henrich, Frankfurt am Main, 1983. [Sigla: VRP2].
- HEGEL, G. W. F. *Vorlesungen über Naturrecht und Staatswissenschaft. Heidelberg 1817/18 mit Nachträgen aus der Vorlesung 1818/19*. Editado por [com colaboradores do Arquivo Hegel] e com uma introdução de O. Pöggeler, Hamburg, 1983. [Sigla: VRP3].
- HEGEL, G. W. F. *Die philosophie des Rechts. Die Mitschriften Wannemann (Heidelberg 1817/18) und Hmeyer (Berlin 1818/19)*. Editado por K.-H. Ilting, Stuttgart, 1983. [Sigla: VRP4].
- HONT, Istvan e IGNATIEFF, Michael (Org.). *Wealth and Virtue. The Shaping of Political Economy in the Scottish Enlightenment*, Cambridge, 1983.
- ILTING, Karl-Heinz. "Hegels Auseinandersetzung mit der aristotelischen Politik." In: *Philosophisches Jahrbuch*, vol. 71, 1963.
- LUCAS, H.-Ch. "«Wer hat die Verfassung zu machen, das Volk oder wer anders?» Zu Hegels Verständnis der konstitutionellen Monarchie zwischen Heidelberg und Berlin". In: H.Ch. Lucas e O. Pöggeler (Orgs.), *Hegels Rechtsphilosophie im Zusammenhang der europäischen Verfassungsgeschichte*, Stuttgart-Bad Cannstatt, 1986.
- LUKÁCS, Georg. *Der junge Hegel. Über die Beziehungen von Dialektik und ökonomie* [1948], 2 volumes, Frankfurt am Main, <sup>3</sup>1973.
- MIZUTA, Hirsohi e SUGIYAMA, Chuhei (Orgs.), *Adam Smith International Perspectives*, Londres-Nova Iorque, 1993.
- PRIDDAT, Birger P. *Hegel als Ökonom*, Berlim, 1990.
- RAMEIL, Udo. "Der teleoloische Übergang zur Ideenlehre und die Entstehung des Kapitels 'Objektivität' in Hegels propädeutischer Logik. In: *Hegel-Studien*, vol. 28, 1993.
- RIEDEL, Manfred. "Der Begriff der 'Bürgerlichen Gesellschaft' und das Problem seines geschichtlichen Ursprungs. In: *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie*, vol. XLVIII, 1962.
- RIEDEL, Manfred. *Studien zu Hegels Rechtsphilosophie*. Frankfurt am Main, 1969.
- RIEDEL, Manfred. "Gesellschaft, bürgerliche". In: O. Brunner, W. Conze, R. Koselleck (Orgs.), *Geschichtliche Grundbegriffe. Historische Lexikon zur politisch-sozialen Sprach in Deutschland*, vol. 2, Stuttgart, 1975.
- RITTER, Joachim. "Person und Eigentum. Zu Hegels 'Grundlinien der Philosophie des Rechts' § § 34-81". In: *Marxismusstudien*, vol. 4, 1962.
- RITTER, Joachim. *Hegel und die Französische Revolution*. Frankfurt am Main, <sup>3</sup>1972.
- ROSENKRANZ, Karl. *G. W. F. Hegels Leben*. Berlim, 1844.
- STREMMINGER, Gerhard. *David Hume. Sein Leben und sein Werk*. Paderborn, 1994.
- WASZEK, N. "Adam Smith and Hegel on the Pin Factory". In: *The Owl of Minerva. Journal of the Hegel Society of America*, 16, 1985.

WASZEK, N. *The Scottish Enlightenment and Hegel's Account of 'Civil Society'*. Dordrecht–Boston–Londres, 1988a.

WASZEK, N. (Org.) *Die Institutionalisierung der Nationalökonomie and Deutschen Universitäten*. St. Katharinen, 1988b.

WASZEK, N. (Org.) *Eduard Gans (1797-1839): Hegelianer – Jude – Europäer. Texte und Dokumente*. Frankfurt am Main–Berna, 1991.

---

### **Norbert Waszek**

Professor do Departamento de Estudos Germânicos da Universidade Paris VIII.

---

### **Hernandez Vivan Eichenberge**

Graduação em Filosofia. Universidade Federal do Paraná, UFPR. Mestrado em Filosofia (Conceito CAPES 5). Universidade Federal do Paraná, UFPR Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná e professor do Instituto Federal Catarinense (IFC).

---

### **Endereço para correspondência:**

Instituto Federal Catarinense, Campus SãoFrancisco do Sul.

R. Rod. Duque de Caxias, 6750

Iperoba

89240000 - São Francisco do Sul, SC - Brasil  
Telefone: (47) 32334000

URL da Homepage: <https://saofrancisco.ifc.edu.br/>